



Impeachment de Dilma deve ser julgado do dia 25 ao 30

Processo inclui depoimento de oito testemunhas, manifestação da presidente afastada, discussão do mérito, pronunciamentos e votação



O presidente do Senado, Renan Calheiros, e líderes partidários discutem o rito do julgamento com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, que presidirá a sessão

A votação final do impeachment deve ocorrer no dia 30, uma terça-feira. Até lá, o julgamento, que começa no dia 25, pode se estender pelo fim de semana e avançar em algumas madrugadas. Haverá oportunidade para que Dilma Rousseff fale aos senadores e ela já anunciou que comparecerá à sessão. Nesse caso, os senadores e os advogados de defesa e de acusação poderão fazer perguntas à presidente afastada. A votação será nominal, por meio do painel eletrônico. Dilma será definitivamente afastada caso 54 senadores, no mínimo, votem pela condenação. **5**

Mulheres temem retrocesso na Lei Maria da Penha

O Congresso comemorou ontem os dez anos da Lei Maria da Penha, que estabelece punições para os crimes de espancamento e assassinato de mulher e medidas de prevenção. Entidades de defesa das mulheres disseram

que o Congresso precisa ser cauteloso em relação aos projetos que alteram a Lei Maria da Penha, pois podem anular os avanços trazidos pela norma. Maria da Penha Fernandes, que dá nome à lei, participou da sessão. **2**



Entre parlamentares e militantes do movimento das mulheres, Maria da Penha Fernandes é aplaudida no Congresso



Senador Edison Lobão (C) conduz o debate com especialistas na enfermidade

Médicos: fibromialgia é doença crônica e deve ser tratada no SUS

Especialistas reunidos ontem na Comissão de Assuntos Sociais defenderam a classificação da fibromialgia como doença crônica e a oferta de

tratamento adequado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Eles apontaram o desconhecimento médico sobre a doença, que provoca dores difusas. **6**

Leis sobre gás natural precisam ser atualizadas, aponta audiência

A venda de ativos da Petrobras, que incluirá gasodutos, vai exigir uma revisão do marco regulatório do setor de gás natural, disseram especialistas

em debate na Comissão de Infraestrutura. Para eles, há lacunas na legislação que precisam ser sanadas para evitar monopólio privado. **7**



Garibaldi Alves Filho (C) na audiência com Paulo Pedrosa e Rodrigo Costa

Comissão avaliará projeto de reajuste para Defensoria **3**

Anatel e Anvisa podem ter novas regras de gestão **4**

Redução de recurso para creches recebe críticas **6**

Votação da DRU fica para a semana que vem

Por falta de quorum, a votação no Plenário da PEC que restabelece a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) foi adiada para a semana que vem. O mecanismo permite que o governo federal gaste como quiser uma parcela da arrecadação que, por lei, tem destino específico. **3**

Plenário aprova embaixadores e diretor da Abin

Os senadores aprovaram ontem, em Plenário, a indicação de diplomatas para o cargo de embaixador em 12 países, entre eles Itália, Portugal, Bélgica, Colômbia, China e Rússia.

Também foi aprovado o novo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Janér Tesch Alvarenga. **8**



Maria da Penha Fernandes participa da sessão no Congresso, entre as senadoras Simone Tebet e Vanessa Grazziotin

Na visão da ONU, projetos ameaçam Lei Maria da Penha

Em sessão do Congresso que comemorou 10 anos da norma que protege mulheres de agressão e assassinato, militantes disseram que precisam ser ouvidas antes de ser aprovarem mudanças na lei

AS PARTICIPANTES DA sessão solene organizada pelo Congresso para lembrar os dez anos da Lei Maria da Penha criticaram as tentativas legislativas de alterar a norma sem que as entidades envolvidas sejam consultadas. Há hoje 104 projetos na Câmara e no Senado que afetam a lei — que foi sancionada em 7 de agosto de 2006 e prevê medidas para prevenir e punir os crimes contra a vida e a integridade física e psicológica das mulheres.

A representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, citou o PLC 7/2016, que concede poder para que delegados estipulem medidas protetivas para mulheres sob ameaça. Hoje esse tipo de medida cabe só aos juízes. Entidades feministas já se manifestaram contra o projeto, que mesmo assim avançou. O texto nasceu na Câmara e está em análise no Senado.

— Fazer mudanças sem consultar as organizações que são cada vez mais conhecedoras da lei é realmente algo que não vai dar certo — criticou Nadine, sob aplausos.

Também foi citado um projeto que substitui na lei “gênero”, termo sociológico e político que enfatiza as desigualdades de poder e direitos entre mulheres e homens, por “sexo”, conceito da biologia.

Maria da Penha Fernandes, a mulher que dá nome à lei, disse que a educação é um dos caminhos mais eficientes para combater a cultura que torna o machismo algo natural no país e leva tantas brasileiras a serem espancadas e assassinadas.

— O homem aprende em casa que agredir mulher é normal, porque ele viu o pai agredindo a mãe, o avô agredindo a avó. Precisamos desconstruir essa cultura — afirmou.

Maria da Penha é farmacêutica e em 1983 levou do então marido um tiro de espingarda que a deixou paraplégica.

— Com a lei, a sociedade brasileira tomou consciência de que a violência contra as mulheres é uma questão pública, e não particular — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros, sucedido no comando da sessão pelas senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-

Humberto: poder público deve dar ajuda financeira a mulheres agredidas

Humberto Costa (PT-PE) defendeu seu projeto de lei, que está em estudo no Senado, que assegura apoio financeiro temporário às mulheres vítimas de violência doméstica. O senador disse que a medida é importante porque muitas mulheres são dependentes financeiramente do agressor.

Apesar de a lei estimular as mulheres agredidas a apresentar denúncia — houve 20 mil apenas nos três primeiros meses deste ano —, Humberto apontou problemas, como a falta de estrutura das delegacias. Ele cobrou mais políticas públicas para enfrentar o problema e uma mudança de mentalidade.

— Combater essa violência deve ser uma tarefa diária, ininterrupta — ele disse.

AM) e Ângela Portela (PT-RR).

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), que foi relatora do projeto que deu origem à lei, disse que indicará Maria da Penha ao Prêmio Nobel da Paz, por ter lutado pela criação da norma.

Na sessão, foram lançados um concurso de vídeos feitos no celular sobre a violência de gênero e o Portal do Observatório da Mulher contra a Violência, que contém uma série de informações, como a lista da rede de serviços públicos que atendem mulheres agredidas.

Concurso de vídeos feitos no celular: <http://bit.ly/videoceular>

Para Hélio José, ponto forte da norma é pena mais severa para os agressores

De acordo com Hélio José (PMDB-DF), a Lei Maria da Penha contribuiu “de maneira fundamental” no combate à violência contra a mulher. O senador afirmou que o aumento da pena para o agressor foi um fator “importante e justo” para reduzir essa “epidemia” no Brasil.

Hélio José pediu que o Congresso Nacional continue a monitorar o tema:

— Devemos reforçar outras políticas públicas de proteção às mulheres. Precisamos fomentar a educação da população para as questões de gênero. Desde a mais tenra idade, as crianças devem interiorizar a igualdade entre homens e mulheres.



Ano Voipe/Agência Senado

Adiada votação de proposta que regulariza titulares de cartórios

Um pedido de vista adiou a votação que ocorreria ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de um projeto que mantém no cargo os titulares de cartório concursados que foram removidos para outras regiões até 1994, quando entrou em vigor a Lei dos Cartórios (Lei 8.935/1994).

Segundo o projeto (PLC 80/2015), ficam preservadas as remoções reguladas pelas legislações estaduais e homologadas pelo Tribunal de Justiça do respectivo estado.

A justificativa é que, até 1994, legislações estaduais permitiam a remoção por meio de permuta entre os titulares concursados, mas a lei federal passou a admitir a mudança somente por meio de concurso de títulos.

Na reunião de ontem, foi

lido o relatório do senador Benedito de Lira (PP-AL), favorável ao texto. Logo depois, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu vista.

Para o relator, a proposta é “oportuna e conveniente”, pois reconhece a legalidade das remoções de concursados efetuadas de acordo com as regras vigentes antes da Lei dos Cartórios.

“Cumpra ao Estado preservar tais situações legitimamente criadas e respeitar a boa-fé daqueles que, confiando nas regras e decisões vigentes, assumiram a prestação dos serviços notariais e de registro à população”, diz Benedito no parecer.

O relator rejeitou uma emenda do senador Wilder Moraes (PP-GO) que estendia o período para legalização até 2004.



José Maranhão (D) conduz reunião da Comissão de Constituição e Justiça

Viana quer convênio entre China e Universidade Federal do Acre

Jorge Viana (PT-AC) disse ontem que espera que o Acre aumente o intercâmbio com a China, especialmente no setor educacional.

O senador mencionou o grande número de chineses sendo treinados no Brasil e de brasileiros indo para a China e, especificamente, destacou o convênio entre a Universidade de Pequim e a Unicamp.

Viana defendeu que esse



convênio seja ampliado para incluir a Universidade Federal do Acre.

Ele apontou o crescimento da China, que, de acordo com

ele, caminha para ultrapassar os Estados Unidos como maior economia do mundo.

— O mundo está tão cheio de dúvidas e isso inclui a Europa, os Estados Unidos, o Japão e o Brasil. Mas na China não há nenhuma dúvida. O país segue crescendo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CRA Energia para a irrigação

8h A comissão deve votar sete projetos, incluindo o PLS 268/2014, que incentiva o uso de fontes alternativas de energia na irrigação.

PLENÁRIO Sessão de pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Sem quorum, Plenário adia votação da DRU

Ficou para semana que vem análise da proposta que autoriza governo federal a gastar livremente parcela de tributos que têm destino específico

POR FALTA DE quorum, foi adiada a votação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e cria um mecanismo semelhante para os estados e os municípios. Os senadores fizeram ontem a quinta sessão de discussão da proposta, mas não conseguiram votá-la. A votação deve ocorrer na semana que vem.

A PEC 31/2016 permite ao governo realocar livremente 30% das receitas obtidas com taxas e contribuições (como a Cide), que hoje são obrigatoriamente destinadas, por determinação legal, a órgãos, fundos e despesas específicos. O governo pretende usar as receitas desvinculadas para ajudar a cumprir a meta fiscal.

A DRU existe desde 1994 e vem sendo renovada desde então. A vigência da desvinculação caducou no final do ano passado. A proposta em análise a prorroga até 2023, com efeitos retroativos até o início deste ano.

Como se trata de PEC, são necessárias duas votações no Plenário. A votação prevista para a semana que vem será



O presidente do Senado, Renan Calheiros, conduz sessão em que senadores discutiram proposta que restabelece vigência da Desvinculação de Receitas da União

a primeira. Antes da segunda votação, serão necessárias três sessões de discussão. Em cada turno de votação, a proposta precisa do apoio de pelo menos três quintos dos 81 senadores — o que corresponde a 49 parlamentares. Se for aprovada, a proposta será então promulgada pelo Congresso Nacional.

Oposição

Senadores da oposição discursaram contra a PEC. Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que as universidades públicas estaduais podem ser prejudicadas com a criação da desvinculação para estados e municípios.

— Os recursos para o cumprimento dessa medida têm

um impacto pequeno em relação ao que o Orçamento prevê. É perfeitamente possível fazer essa votação — acrescentou.

Humberto Costa (PT-PE) disse que a melhor saída seria a prorrogação para um período menor, e não até 2023.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) alertou para o fato de não existirem cálculos dos impactos se a desvinculação for estendida para estados e municípios. Segundo a senadora, áreas como segurança pública e meio ambiente poderão perder recursos.

Reguffe (sem partido-DF) criticou a PEC por dar liberdade excessiva ao Poder Executivo

para lidar com o Orçamento, o que seria contrário ao interesse dos contribuintes. Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriu que o governo desvincule a receita para pagamento da dívida pública. Caso contrário, para ele, a desvinculação “não terá efeito prático nenhum”.

Governo

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e o líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), afirmaram que a desvinculação não afeta as receitas dos impostos federais e que repasses para educação

e saúde não serão atingidos.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) avaliou que a DRU ajudará o país a “sair do quadro caótico” de inflação e desemprego. Ele lembrou que o PT usou o instrumento durante 13 anos de governo. Os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Eunício Oliveira (PMDB-CE) também apoiaram a proposta.

Após as discussões, houve acordo para colocar a proposta em votação. Mas sem quorum para a aprovação da PEC, o presidente do Senado, Renan Calheiros, encerrou a sessão e a votação foi adiada.

Reajuste para a Defensoria volta para debate em comissão

O Plenário rejeitou antecipar a votação do projeto que concede reajuste à carreira de defensor público. Devido a um acordo entre os senadores, a proposta será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira e seguirá, em regime de urgência, para o Plenário.

O requerimento de inversão de pauta havia sido apresentado por Humberto Costa

(PT-PE). Para o senador, seria “perfeitamente possível” que a votação do PLC 32/2016 em Plenário fosse realizada ontem, “já que o projeto foi debatido exaustivamente” na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e foi objeto de entendimento no governo da presidente afastada Dilma Rousseff.

— Os recursos para o cumprimento dessa medida têm

um impacto pequeno em relação ao que o Orçamento prevê. É perfeitamente possível fazer essa votação — acrescentou.

Verificação

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que havia sido feito um acordo no mês de julho para que a proposta fosse debatida na CAE. Segundo ele, o assunto merece o exame da comissão para verificar o

impacto do projeto e a comparação desse reajuste a outros já concedidos pelo Congresso em votações anteriores.

O senador explicou que a proposta para a Defensoria Pública prevê um aumento salarial de 159% entre 2012 e 2019. Segundo ele, o percentual é muito superior, por exemplo, ao da Advocacia-Geral da União e ao dos funcionários do Judiciário, que ficaram em

40% e 52%, respectivamente.

— Se a inflação acumulada no período é de 53%, o reajuste real previsto seria acima de 100%. Quero que esse assunto seja, pelo menos, escrutinado pela CAE para que, quando formos votar, saibamos exatamente do que se trata. Não seria pedir demais, ainda mais porque houve um acordo firmado no Plenário — disse.

Os demais senadores presentes concordaram com o retorno à CAE, desde que mantido o regime de urgência.

Reajuste

O PLC 32/2016 estabelece que o defensor público-geral federal, chefe do órgão, receberá um aumento de 8,6%, passando dos atuais R\$ 31.090,85 para R\$ 33.763.

Ainda de acordo com o projeto, esse valor será efetivo apenas em 2018 e atingido por meio de quatro reajustes escalonados. Os defensores públicos receberão aumentos igualmente escalonados. Conforme anexo ao projeto, os subsídios dos membros dessas carreiras oscilarão, em 1º de janeiro de 2018, entre R\$ 28.947,55 e R\$ 32.074,85.



Humberto Costa destacou que o aumento dos defensores públicos já havia sido negociado, mas Aloysio considerou que é importante verificar o impacto do projeto



Ao lado do presidente da Comissão da Agenda Brasil, Otto Alencar, a relatora do projeto, Simone Tebet, apresenta as alterações que propôs ao texto original

Avança proposta que unifica regras de gestão das agências reguladoras

Órgãos como Anatel e Anvisa deverão, pelo projeto aprovado, prestar contas ao Congresso. Texto passará por nova votação em comissão

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional aprovou ontem o projeto que unifica as regras sobre gestão, poder e controle social das agências reguladoras federais, como Anatel, Anvisa e Anac.

O PLS 52/2013 faz parte da Agenda Brasil — pauta apresentada pelo Senado para incentivar a retomada do crescimento econômico do país. Por ser um substitutivo, o texto passará por um turno extra de votação.

A comissão já havia começado a discutir o projeto na sessão de 13 de julho, mas um pedido de vista coletiva adiou a votação do relatório da senadora Simone Tebet (PMDB-MS). O texto original é do senador Eunício Oliveira

(PMDB-CE), aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na forma de um substitutivo do senador licenciado Walter Pinheiro (sem partido-BA).

— Temos de lembrar o trabalho hercúleo do senador Walter Pinheiro. Esse projeto tinha tudo para gerar muitos embates, mas chegamos aqui com muitos pontos de consenso — afirmou a relatora.

Emendas

Simone informou que, nos últimos dias, trabalhou no aperfeiçoamento do texto, na unificação de termos e na padronização de prazos. A relatora aceitou emendas apresentadas pelo senador Roberto Muniz (PP-BA). As sugestões dele tratam de exigências para o cargo de diretor e de critérios de independência na elabo-

ração dos planos de ação das agências. Outra emenda aceita, também de Muniz, prevê a realização de sabatina para o indicado ao cargo de ouvidor de agência reguladora.

Transparência

Criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, as agências reguladoras, além de controlar a qualidade na prestação do serviço, estabelecem regras para o setor. O projeto, conhecido como Lei das Agências Reguladoras, busca garantir a autonomia e dar mais transparência para as agências e também estabelecer medidas para evitar a interferência do setor privado.

Pelo projeto, as agências serão obrigadas a prestar contas anualmente ao Congresso. Também deverão celebrar

contratos de gestão, que devem conter metas, mecanismos, fontes de custeio e resultados das ações regulatórias e fiscalizatórias das autarquias.

Simone também aumentou de quatro para cinco anos o mandato dos dirigentes das agências. No texto de Pinheiro, havia a possibilidade de recondução, que foi retirada pela senadora.

Uma das principais mudanças do relatório é a divisão de competências entre os ministérios e as agências. O texto de Simone retira alterações das leis específicas de cada agência reguladora. As alterações, segundo a relatora, deslocariam as principais competências para os ministérios supervisores, como celebração dos contratos de concessão e aplicação de sanções mais graves.

Comissão vai votar modernização da Lei de Licitações após audiência

AGENDA BRASIL

A votação do projeto que moderniza a legislação de licitações e contratos públicos foi adiada para 31 de agosto.

O projeto (PLS 559/2013) está em análise na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, responsável pela Agenda Brasil — pauta proposta pelo Senado com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

A discussão do projeto já havia começado na reunião do dia 13 de julho e a votação estava prevista para ontem. No entanto, vários senadores manifestaram dúvidas sobre o relatório final, de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

José Aníbal (PSDB-SP) argumentou que o tema é comple-

xo e apresentou requerimento para debater o assunto em audiência pública.

O presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), chegou a ponderar que as audiências costumam ser pouco produtivas, mas colocou o requerimento em votação. Aprovado o requerimento, a audiência será realizada quarta-feira, às 9h.

As emendas ao projeto poderão ser apresentadas até o dia 26, ficando a votação final prevista para dia 31, última quarta-feira de agosto. Se aprovado, o projeto seguirá para o Plenário do Senado.

Agilidade

O projeto nasceu na Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos. Segundo Bezerra, seu relatório não é uma sim-

ples consolidação das leis que já existem sobre licitação e temas afins.

Entre as mudanças propostas, ele destacou a readequação do sistema de garantias, de maneira a autorizar o poder público a exigir contratação de seguro com cláusula de retomada. Em caso de rescisão unilateral do contrato, explicou o relator, a seguradora pode assumir a gestão do contrato e finalizar o objeto contratado.

O objetivo do projeto, segundo ele, é dar agilidade ao poder público. A sistemática da modalidade convite, por exemplo, foi aperfeiçoada, permitindo a conclusão de uma licitação em apenas três dias, quando se tratar de contratos de pequeno valor. De acordo com o relatório, a garantia não será inferior a

30% do valor inicial do contrato para obras e serviços de engenharia de grande vulto. O seguro também poderá ser usado para custear dívidas trabalhistas. Segundo Bezerra, a mudança se deve à preocupação com os trabalhadores terceirizados.

O texto também inclui entre as modalidades de licitação o chamado diálogo competitivo, presente em ordenamentos jurídicos como o da União Europeia. Ainda estabelece que o contrato administrativo preveja meios alternativos de solução de controvérsias, como a mediação.

Outra inovação é a previsão de atualização periódica dos valores monetários contidos na lei, para que os limites de dispensa de licitação não sofram muita defasagem ao longo do tempo.

Benedito de Lira aponta urgência de reforma política

Benedito de Lira (PP-AL) destacou o início do período de campanhas para as eleições municipais e aproveitou para defender uma reforma política com foco no sistema partidário. Para ele, todas as tentativas do Congresso nesse sentido até hoje não foram sérias.

Entre os pontos que considera fundamentais, o senador ressaltou a implementação de cláusulas de barreira, a criação de mais exigências para a formação de partidos e regras mais rígidas de fidelidade partidária.



Moreira/Imaz/Agência Senado

Inscrições para Jovem Senador terminam amanhã, frisa Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) informou que amanhã serão encerradas as inscrições para o Jovem Senador 2016, destinado a alunos do ensino médio de escolas públicas com idade até 19 anos.

O tema da redação deste ano é “Esporte, educação e inclusão” e os vencedores, um de cada estado, participarão de atividades no Senado, em Brasília, como jovens senadores.

— Esses estudantes conhecerão de perto o Legislativo e vivenciarão a experiência inédita de proporem seus próprios projetos.



Jefferson/Rudy/Agência Senado

Dário critica atrasos em obras de rodovias de Santa Catarina

Dário Berger (PMDB-SC) cobrou agilidade do governo federal em obras em Santa Catarina. Ele reclamou da demora na autorização dos órgãos ambientais para que seja concluído o entorno da BR-101, que liga Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Um trecho que aliviaria o trânsito em Florianópolis deveria ter sido entregue em 2012, disse.

Ele citou problemas semelhantes nas BRs 470 e 380. Para o senador, a burocracia emperra obras no estado, que está atrasado na duplicação de rodovias por dificuldades como falta de recursos, desapropriação e autorização.



Ann Volpe/Agência Senado

Processo deve acontecer do dia 25 ao 30, podendo se estender pelo fim de semana e algumas madrugadas nas etapas de oitiva de testemunhas e pronunciamentos de senadores

Julgamento de Dilma deve durar seis dias

O JULGAMENTO DO impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff pelo Senado terá início na próxima quinta-feira e deve terminar no dia 30, conforme o roteiro aprovado para o rito e de acordo com as expectativas dos senadores. Não haverá restrição a avançar os trabalhos pelo fim de semana adentro, caso isso seja necessário.

O processo começa às 9h do dia 25, com a oitiva das oito testemunhas convocadas, duas da acusação e seis da defesa. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, que comandará o julgamento, informou que, uma vez que essa etapa tenha início, ela não poderá ser interrompida.

— Vamos trabalhar até esgotarmos as oitivas. Ingressaremos, se necessário, na madrugada de sexta para sábado porque as testemunhas serão mantidas isoladas, num quarto de hotel, à disposição dos senadores.

Devido a essa necessidade, ao número de senadores e ao tempo reservado para que todos possam questionar as testemunhas, a fase de oitivas pode se estender por mais de 67 horas. Cada um dos 81 senadores terá direito a 6 minutos de interação com cada testemunha, e os advogados de acusação e defesa terão 10 minutos.

Já estão previstas pausas na sessão, entre as 13h e as 14h e entre as 18h e as 19h. Após isso, o presidente do STF poderá determinar novas interrupções de meia hora a cada quatro horas, ou a qualquer tempo pelo prazo que achar necessário.

Antes do início das oitivas, Lewandowski poderá também decretar a suspensão da sessão, que, nesse caso, será retomada às 9h do dia seguinte. No entanto, não será possível suspender os trabalhos a partir do momento em que as testemunhas começarem a ser ouvidas. Sendo assim, a sessão deve avançar pelas madrugadas e também pelo sábado, com a possibilidade um pouco mais remota de também entrar no domingo.

Perguntas

A segunda etapa do julgamento começará no dia 29, às 9h, com a oportunidade para que Dilma Rousseff fale aos senadores. Ela já confirmou que comparecerá à sessão. Serão 30 minutos destinados a sua manifestação, que podem ser prorrogados a critério de Lewandowski.

Todos os senadores poderão fazer perguntas a presidente

afastada, dispendo de cinco minutos cada um para isso. O mesmo tempo é reservado para os advogados da acusação e da defesa. Caso todo o tempo seja utilizado, a participação de Dilma no Plenário poderá exceder sete horas de duração.

A fase de discussão do mérito da denúncia vem em seguida e é aberta com os debates orais entre a acusação e a defesa. Cada uma das partes fará uso da palavra por 90 minutos, havendo também a possibilidade de réplica e tréplica por 60 minutos.

Pronunciamentos

Em seguida virão os pronunciamentos dos senadores. Em ordem determinada por inscrição na lista de oradores, cada um terá dez minutos para usar a tribuna.

Ao longo do dia, o presidente do STF poderá promover intervalos quando considerar oportuno. Também poderá decidir pela suspensão da sessão, a qualquer momento. Se isso acontecer, ela será retomada no dia seguinte, a partir das 9h. Essa regra poderá ser repetida sucessivamente, a critério de Lewandowski, até o encerramento dos trabalhos.

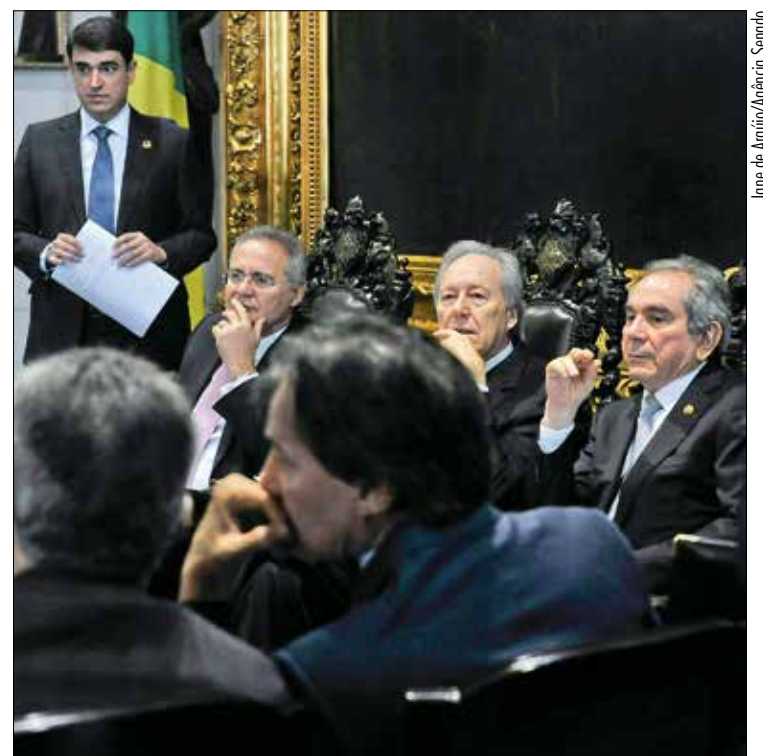
Caso não haja imprevistos ou interrupções longas, a expectativa é que a votação final do impeachment ocorra no dia 30, uma terça-feira. O horário depende do andamento da fase de discussão.

Antes que o Plenário possa proceder à votação, Lewandowski fará a leitura de um relatório contendo o resumo das provas e dos fundamentos da acusação e da defesa. Será permitido que quatro senadores façam o encaminhamento da votação, sendo dois favoráveis ao libelo acusatório e dois contrários. Cada um terá cinco minutos. A votação será nominal e por meio do painel eletrônico. Dilma será definitivamente afastada da presidência caso 54 senadores, no mínimo, votem pela sua condenação. Nesse caso, o presidente interino Michel Temer assume a titularidade efetiva do mandato. Caso não se atinja esse número, porém, Dilma retornará imediatamente ao cargo.

Para votar, cada senador deverá responder “sim” ou “não” à seguinte pergunta: “Cometeu a acusada, a senhora presidente da República, Dilma Vana Rousseff, os crimes de responsabilidade correspondentes à tomada de empréstimos junto à instituição financeira controlada pela União (art. 11, item 3, da Lei 1.079/50) e à abertura de créditos sem

autorização do Congresso Nacional (art. 10, item 4 e art. 11, item 2, da Lei 1.079/50), que lhe são imputados e deve ser condenada à perda do seu cargo, ficando, em consequência, inabilitada para o exercício de qualquer função pública pelo prazo oito anos?”

O resultado da votação será publicado tão logo seja conhecido, na forma de uma resolução do Senado. A sentença será lida por Lewandowski logo após a divulgação do resultado. Deverá ser reconhecida por acusação e defesa e assinada por todos os senadores. Também será dado conhecimento imediato ao presidente interino, independentemente de qual seja a decisão.



Com líderes e Raimundo Lira (D), Renan recebeu ontem Lewandowski (2º à dir.)

Presidente afastada já anunciou que falará no Senado

Os aliados de Dilma Rousseff no Senado não gostaram da sistemática do julgamento. Eles defenderam uma pausa no fim de semana.

— Tudo indica que vai entrar no sábado e domingo para ter o interrogatório na segunda. Quem acha que vai

acabar na quinta e na sexta está equivocado — disse Lindbergh Farias (PT-RJ).

Segundo ele, todos os senadores aliados da presidente vão perguntar e eles não devem abrir mão das perguntas. Sobre a presença de Dilma no julgamento, Lindbergh

acredita que será bom para a defesa.

— O grande fato político é a vinda dela aqui. Ela é uma mulher forte que cresce na adversidade. Na nossa convicção, a verdade está do lado dela. Acho que ela vem e vai se sair muito bem — disse.

Imprensa poderá solicitar credenciamento especial

A cobertura da sessão de julgamento no processo de impeachment será franqueada a profissionais de imprensa cadastrados pelo Senado.

Novas credenciais e credenciais provisórias poderão ser solicitadas até terça-feira na Secretaria de Relações Públicas do Senado.

O credenciamento provisório terá validade de até 5 dias úteis.

Os profissionais de imprensa que possuem credenciais em vigor não precisam encaminhar novas solicitações.

O credenciamento obedece ao previsto no Ato da Comissão Diretora 8/2010.

Novos credenciamentos

Prazo: 23 de agosto
Para credenciamento provisório, será admitida a apresentação de documentação por e-mail (credenciamento.imprensa@senado.leg.br)
Informações:
(61) 3303-5244,
(61) 3303-1296, (61) 3303-3031
<http://bit.ly/credencial2016>

Medeiros: processo de impeachment é democrático e regular

O impeachment de Dilma Rousseff é um processo regular e democrático, mas os defensores da presidente afastada dão a impressão de que o Brasil vive um “estado de exceção”, disse José Medeiros (PSD-MT) em Plenário.

— Quando um presidente comete crime de responsabilidade, é julgado pelo Congresso. Isso já aconteceu no Brasil e o próprio PT, em várias oportunidades, pediu impeachment de vários presidentes.

O senador também criticou as tentativas dos defensores de Dilma de desqualificar e “demonizar” Michel Temer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Vanessa defende plebiscito sobre nova eleição presidencial

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou a carta que a presidente afastada Dilma Rousseff enviou ao Senado, na qual manifesta apoio à realização de plebiscito sobre a convocação de novas eleições.

Vanessa discorda daqueles que são contrários ao plebiscito com o argumento de que a realização de novas eleições seria inconstitucional, como o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, que qualificou a proposta de “brincadeira de criança.” Para a senadora, uma consulta popular seria ideal para resolver o atual impasse político.

— A permanência do presidente interino no poder fará tão somente agravar a crise política e institucional.

Capiberibe: Temer deveria aderir à ideia de ouvir a população

A realização de plebiscito para que o povo decida se quer ir às urnas escolher um novo presidente foi defendida mais uma vez por João Capiberibe (PSB-AP). Ele considerou importante a adesão de Dilma à proposta, comprometendo-se a apoiar o plebiscito se for mantida no cargo.

— Espero que o presidente interino Michel Temer faça o mesmo, em respeito à sociedade brasileira. Essa é a única saída para debelar a crise política, econômica e moral do país. O povo precisa decidir se quer eleger presidente de transição até 2018 ou não.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fibromialgia é doença crônica, dizem médicos

De difícil diagnóstico, a doença atinge 16 milhões de pessoas no Brasil. Especialistas defendem que o tratamento da doença deve incluir também terapia e exercícios físicos

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), especialistas defenderam a classificação da fibromialgia como doença crônica e a oferta de tratamento adequado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para os casos identificados. Ainda não aceita por muitos médicos e de difícil diagnóstico, a doença é caracterizada por dores por todo o corpo, sensibilidade nas articulações e músculos, entre outros sintomas.

Requerida por Ana Amélia (PP-RS), a audiência contou com a presença de representantes do Ministério da Saúde, da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor (Sbed), da Associação Brasileira de Fibromiálgicos (Abrafibro) e de médicos.

De acordo com os especialistas, o tratamento da fibromialgia deve ser acompanhado por vários profissionais da saúde, e não apenas por médicos.

O coordenador-geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde, Sandro José Martins, destacou os tratamentos não farmacológicos, como exercícios físicos e terapia, para o controle da fibromialgia. O medicamento tem papel importante, segundo Martins,



Edison Lobão (C), presidente da CAS, entre os debatedores, que denunciaram a falta de conhecimento dos médicos sobre a doença, que não tem causa definida

quando as dores se acentuam.

Martins afirmou que a fibromialgia não é uma doença progressiva, mas demanda atenção constante. O mais importante, disse ele, é o autocuidado e o conhecimento sobre a doença.

Doença crônica

— Fibromialgia é uma doença crônica? Se a gente entender a definição da Organização Mundial da Saúde, é uma condição permanente, incurável, produz incapacidade e alguma limitação residual, tem causas não muito bem conhecidas, mas irreversíveis, exige educação e reabilitação para essa pessoa poder ter uma vida funcional. Então, não preenche um ou dois, mas todos os critérios para ser considerada uma doença

crônica nos termos sanitários.

De acordo com a médica especialista em fibromialgia Elia Kotaka, a síndrome atinge 1 homem para cada 20 mulheres. Segundo a diretora-geral da Abrafibro, Sandra Silva, cerca de 16 milhões de pessoas sofrem da doença no Brasil.

Sandra relatou experiência pessoal com a doença, quando um médico disse que ela não tinha nada e a liberou para voltar para casa. De acordo com a diretora, os fibromiálgicos não conseguem trabalhar devido às dores e não conseguem receber o benefício do INSS porque a perícia médica não lhes dá crédito. Ela reforçou a necessidade de classificar a doença como crônica, não transmissível e sem cura.

O diretor científico da Sbed,

Paulo Renato da Fonseca, afirmou que a fibromialgia não é uma doença psiquiátrica nem reumatológica, mas, sim, neurológica. Comparando-a ao computador, explicou que a dor da fibromialgia não está no hardware (máquina física), mas no software (programas do computador).

— As síndromes dolorosas mais difíceis de tratar são as de dor difusa, em que a síndrome dolorosa miofacial e a fibromialgia estão elencadas.

De acordo com Elia Kotaka, a síndrome tem um espectro muito amplo, a dor é uma das características. Ela disse que o início da doença geralmente se dá quando a pessoa tem alguma perda, seja a de um amor ou de um trabalho.

Waldemir Moka (PMDB-MS), que é médico, recomen-

dou ao Ministério da Saúde adotar medidas para tornar a doença mais conhecida, inclusive com a criação de disciplinas específicas nas faculdades de medicina.

— Se o médico não tiver essa informação, a tendência natural é dizer: não tem nada. Isso é horrível. A solução está exatamente em tornar a doença mais conhecida.

Internautas

Muitos internautas participaram da audiência pública com comentários e perguntas por meio dos canais de interatividade do Senado. Foram frequentes os pedidos de ajuda para saírem da situação difícil em que se encontram, em razão das dores constantes. Os comentários foram lidos por Ana Amélia.

MP sobre repasse para educação infantil recebe críticas em audiência

Entidades municipalistas criticaram a Medida Provisória (MP) 729/2016, que modifica regras de transferência de recursos da União para municípios e o Distrito Federal para financiar o atendimento da educação infantil. Representantes do governo federal defenderam a mudança em audiência pública da comissão mista que analisa a MP, na terça-feira.

O texto estabelece novos critérios de acesso ao apoio financeiro da União pelo Programa Brasil Carinhoso, que tem como objetivo expandir a quantidade de matrículas de crianças até 4 anos cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, redefinindo valores e formas de repasse.

Pela MP, os municípios e o Distrito Federal devem ampliar anualmente, com base no Censo Escolar da Edu-

cação Básica, o número de vagas em creches para crianças de até 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Punição ou premiação

O presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Lima, disse que a MP cria uma série de condicionantes para punir municípios que não tiveram condições de ampliar as matrículas.

— A nossa sugestão é que se crie um adicional para o município que gerir com mais qualidade esses recursos.

A crítica de Lima se refere à meta anual de matrículas, prevista na MP. O ente federado que cumprir a meta mínima terá direito ao apoio financeiro suplementar de até 50% do valor anual

mínimo por aluno definido nacionalmente para educação infantil.

Caso a meta não seja cumprida, o repasse cai para até 25% desse valor. Atualmente, todos os municípios recebem o apoio de 50%.

Para o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, a MP prejudica a expansão do direito à creche por privilegiar grandes cidades, com mais recursos para ampliar o número de vagas.

Já para a representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Aline Amaral, a MP resgata o propósito original do Programa Brasil Carinhoso: reduzir a desigualdade na educação. Segundo ela, enquanto 42% das crianças de até 3 anos dos 20% mais ricos estão em creches, entre os 20% mais pobres, apenas 12% estão em creches.

Para o relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), a MP pretende acabar com o acomodamento de alguns prefeitos em ampliar o número de creches, mas ele não adiantou se manterá a ideia proposta pelo Executivo.

— Vamos punir os prefeitos que não aumentarem o número de crianças na creche ou vamos premiar os que aumentarem? A segunda opção é melhor, mas tem dinheiro para isso?

Segundo a medida, o objetivo é que até 2024 pelo menos metade das crianças atendidas por esses programas estejam matriculadas em creches. Uma das metas do Plano Nacional de Educação é ampliar até 2024 a oferta de educação infantil em creches para atender a, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.

(Da Agência Câmara)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Leis sobre gás devem ser revistas, indica debate

Venda de ativos da Petrobras pode impulsionar setor de gás natural no país, mas marco regulatório precisa ser atualizado para evitar monopólio privado, avaliaram especialistas

AS LACUNAS NO marco regulatório do setor de gás natural precisam ser solucionadas para que o processo de venda de ativos da Petrobras não transfira o monopólio estatal para o setor privado ou desvalorize os ativos da empresa no processo de aquisição. O alerta foi feito ontem em audiência pública da Comissão de Infraestrutura (CI).

Um grupo de trabalho, proposto pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e integrado também por Armando Monteiro (PTB-PE) e Roberto Muniz (PP-BA), vai acompanhar o assunto.

— Se é ruim com a Petrobras, pode ficar pior ainda com a presença de um ator privado, sem regras claras, muito bem definidas. Que a gente possa trazer essa segurança de que essa mudança que vai ocorrer possa vir para assegurar os objetivos que dela se espera e que não traga incertezas — disse Bezerra.

A Petrobras pretende fazer um “desinvestimento” de cerca de US\$ 15 bilhões, o que inclui a venda de gasodutos, térmicas e terminais de importação de gás, áreas onde até agora exerceu o monopólio vertical, ou seja, com domínio em todas as etapas da produção. Porém, a legislação para o setor está configurada para o domínio estatal, e a entrada de agentes privados pode trazer incerteza jurídica, explicou o coordenador do Fórum das Associações Empresariais Pró-Desenvolvimento do Mercado do Gás Natural, Lucien Belmonte. A venda dos ativos pode não alterar a configuração atual do mercado, disse:

— Se a desverticalização for feita sem cuidado, vamos cair no monopólio privado por contrato, o que é pior.

Para o sucesso do merca-



Presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (3º à dir.), e debatedores na audiência sobre abertura do mercado de gás

do de gás, disse Belmonte, é necessário transparência, harmonização das legislações federal e estaduais e garantia de acesso não discriminatório de agentes do setor às infraestruturas essenciais: escoamento, terminais de importação, processamento e gasodutos de transporte.

O representante da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás, Vicente Franchini, sugeriu a revisitação da Lei do Gás (Lei 11.909/1999) em relação ao acesso de gasodutos de escoamento e terminais de regasificação. Como explicou, há agentes privados em gasodutos, mas que não têm acesso às unidades de processamento de gás. Ele propôs que o produto chegue direto ao consumidor, para estimular a concorrência. Hoje o gás é repassado para a Petrobras, que o vende para as distribuidoras.

Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires alertou para uma pe-

culiaridade do setor de gás natural, talvez o único da economia brasileira onde existe monopólio com regime de autorização, e não de concessão. A negociação com o mercado privado está sendo feita sob esse mesmo regime, o que pode provocar disputas judiciais entre outros agentes de mercado.

— O regime de autorização permite que o dono do gasoduto fixe a tarifa. Em concessão, não.

Investimento

Os participantes da audiência pública defenderam a venda dos ativos da Petrobras, que precisa de recursos para cobrir rombos bilionários no caixa. Além disso, a abertura do mercado pode trazer oportunidade para o crescimento do setor de gás no país, possibilitando mais concorrência e beneficiando os agentes desse segmento num momento em que cresce mundialmente o espaço para

a matriz energética.

Além de equilíbrio de caixa, o investimento privado virá para garantir liquidez ao mercado, competitividade e boas práticas que conduzam ao desenvolvimento do país, defendeu o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa. Ele informou que o ministério está elaborando uma proposta, que passará por consultas públicas, com sugestões de regulamentação ou alterações de legislação para aprimorar o setor e para evitar o “monopólio privado”.

— Nós não vamos surpreender o mercado com soluções criativas e gestadas dentro da estrutura do governo sem ouvir os agentes do setor. A Petrobras vai se desfazer de um conjunto de ativos, mas é importante que a sociedade sinalize que esse conjunto de ativos precisa servir ao desenvolvimento do mercado de gás, à promoção da competição e ao interesse da sociedade e dos consumidores.

O gerente-executivo de Gás Natural da Petrobras, Rodrigo Costa Lima e Silva, também observou que o desenvolvimento do setor depende de harmonização de normas federal e estaduais. Costa afirmou que a venda de ativos da estatal será feita de forma gradual, até porque existem contratos que só começarão a vencer em 2025, por exemplo.

— Essa transformação se dará de forma suave, não de forma abrupta. Nós não vemos a ruptura de suprimento no mercado brasileiro. Nós acreditamos que são necessários aprimoramentos nessa regulação justamente para dar mais competitividade ao mercado. É com esses aperfeiçoamentos que a gente vai continuar a trajetória de avanço da indústria do gás — afirmou.

Contraponto

Único contrário à privatização, o secretário de Assuntos Jurídicos e Institucionais da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Simão Zanardi Filho, afirmou não existir necessidade de privatização da malha do gás no Brasil, nem a criação de um novo operador para regular esse mercado (a exemplo do Operador Nacional do Sistema Elétrico), como chegou a ser cogitado.

— O mercado está pedindo abertura. Nós somos contrários a esse compartilhamento porque o gás significa a nova matriz energética e que vai dar a soberania de um povo, o povo brasileiro.

Roberto Muniz pediu que não se demonize a gestão passada da Petrobras. O senador lembrou o papel estratégico da empresa para o Brasil e defendeu a análise criteriosa de como a entrada do setor privado no negócio pode ajudá-la.

Ana Amélia: fibromialgia precisa ser incluída no SUS

Ana Amélia (PP-RS) defendeu em Plenário a inclusão da fibromialgia (síndrome que provoca fortes dores por todo o corpo) entre as doenças crônicas reconhecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ela explicou que a medida é necessária para assegurar tratamento adequado na rede pública à fibromialgia, que atinge milhões de brasileiros. O tratamento deve incluir medicamentos e atividades físicas, disse.

O tema foi discutido ontem em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a pedido da senadora. Ela ressaltou que os fibromiálgicos, além de sentirem forte dor, sofrem com o preconceito em relação à síndrome, pouco compreendida até pelos médicos.



Ana Volpato/Agência Senado

Fim de contrato de energia traz prejuízos, diz Ângela

A decisão do governo federal de não prorrogar o contrato de concessão da Companhia Energética de Roraima poderá ocasionar mais prejuízos à população, como aumento de tarifa de energia elétrica e desemprego, segundo Ângela Portela (PT-RR). Ela disse que o governo alega falta de condições econômicas da empresa para cumprir as medidas determinadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), mesmo após o empréstimo de R\$ 600 milhões destinado ao saneamento financeiro. A partir de 1º de outubro, a distribuição de energia para 14 municípios roraimenses será feita de forma temporária por prestador a ser designado pelo governo federal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Wellington defende ampliação do seguro rural

Para Wellington Fagundes (PR-MT), “já está mais do que na hora” de o país adotar política de aperfeiçoamento, desburocratização e democratização do acesso ao seguro rural. Nos Estados Unidos, disse o senador, 90% das plantações e criações são seguradas, enquanto no Brasil a cobertura mal chega a 14%. Para dificultar ainda mais, afirmou, os contratos no Brasil são complexos e burocráticos e as plantações seguradas concentram-se em poucas regiões.

Ele destacou que a agropecuária é a âncora da economia brasileira e que o seguro é fundamental aos pequenos produtores, mais sujeitos a intempéries e oscilações mercadológicas.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Paim lamenta dificuldade financeira de universidade

Paulo Paim (PT-RS) relatou em Plenário as dificuldades financeiras enfrentadas pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no Rio Grande do Sul. O corte de verbas compromete a atuação da universidade, que tem campi em dez cidades e melhora os índices sociais, a geração de emprego e a economia da região, disse: — A Unipampa tem fortíssima valia socioeconômica e seu sucateamento seria uma grande perda para a sociedade gaúcha e a brasileira.

O senador relatou que, durante encontro com o reitor e dirigentes da Unipampa, garantiu que vai trabalhar para garantir mais recursos à universidade por meio de emendas parlamentares.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ontem foram escolhidos nomes para representações diplomáticas brasileiras em 12 países, entre eles Itália, China, Portugal, Bélgica, Rússia, Panamá, Colômbia e Kuwait

Plenário aprova embaixadores e diretor da Abin

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a indicação de diplomatas para o cargo de embaixador em 12 países. Os senadores também aprovaram o novo diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Janér Tesch Alvarenga. Para a representação brasileira na Itália, foi indicado o nome de Antonio Patriota, ex-ministro das Relações Exteriores do governo Dilma. Já Julio Glinternick Bitelli segue

para a Colômbia. A China receberá o diplomata Marcos Caramuru, que vai acumular a representação do Brasil na Mongólia. Caramuru, Patriota e Bitelli haviam sido sabatinados pela manhã na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Outro ex-ministro das Relações Exteriores a ocupar uma embaixada na Europa será Luiz Alberto Figueiredo

Machado. Chanceler de 2013 a 2014, Machado irá para Portugal. Antes de assumir o ministério, foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos. **Interesses econômicos** Já Antonio José Vallim Guerreiro assumirá a embaixada do Brasil na Bélgica e, cumulativamente, em Luxemburgo. Em sabatina na CRE, Guerreiro informou que a Bélgica é o segundo país com maior estoque

de investimentos no Brasil, no total de US\$ 63 bilhões, atrás apenas dos Estados Unidos. Outro nome aprovado foi o de Antonio Luis Espinola Salgado para embaixador na Rússia e, cumulativamente, no Uzbequistão. Na CRE, ele destacou o interesse de empresas russas, como a Gazprom e a Rosneft, no petróleo e no gás natural brasileiros. Salgado disse que o russos também têm interesse em participar

do Programa de Parcerias de Investimento, em discussão atualmente no Senado. Já o diplomata Flávio Macieira vai para o Panamá. Sobre o país, ele destacou, em sabatina na comissão, a importância comercial do Canal do Panamá. Norton de Andrade Mello Rapesta será embaixador no Kuwait e, cumulativamente, no Bahrein. Situados no Oriente Médio, os dois países baseiam as economias no petróleo.

Para diplomata, China tem interesse em investir mais no Brasil

Indicado para chefiar a representação brasileira na China e na Mongólia, Marcos Caramuru enfatizou durante sabatina na CRE, pela manhã, o potencial do Brasil de atrair volumosos investimentos chineses em infraestrutura, principalmente em energia e ferrovias. Jorge Viana (PT-AC) e Valdir Raupp (PMDB-RO) questionaram sobre a parceria já existente para construir a Ferrovia Transoceânica, megaempreendimento de 4,4 mil quilômetros que garantirá ao país saída para



Pedro Franco/Agência Senado

o Pacífico. Caramuru ressaltou o interesse dos chineses lembrando que o Brasil é o maior fornecedor de produtos alimentícios para a China, o maior investidor externo em infraestrutura do mundo. O diplomata, que viveu dez anos na China, disse a Tasso Jereissati (PSDB-CE) que não observou nenhum setor da sociedade chinesa com "vontade de copiar a democracia ocidental" e que é evidente a melhoria da qualidade de vida no país.

Itália apoia acordo entre Mercosul e UE, diz ex-chanceler

Durante sabatina na CRE, o ex-chanceler Antonio Patriota, indicado para a embaixada na Itália, enfatizou que cerca de 70 mil brasileiros vivem lá. Ele lembrou que a maior colônia de descendentes italianos está no Brasil, evidenciando os "fortes laços culturais e de amizade" entre os países. Na área econômica, Patriota afirmou que a Itália é o segundo colocado na Europa em negócios com o Brasil, atrás apenas da Alemanha. O



Pedro Franco/Agência Senado

fluxo comercial gira em torno de US\$ 8 bilhões por ano, e o estoque de investimentos das 1,2 mil empresas italianas no Brasil já supera US\$ 18 bilhões, gerando cerca de 150 mil empregos. Patriota disse que a Itália apoia o fechamento de acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul e que buscará aprofundar essas negociações em Roma. O diplomata assumirá também as representações em Malta e San Marino.

Itália

- » Área: 301.340 km²
- » Capital: Roma
- » População: 61,15 milhões
- » PIB per capita: US\$ 30.232
- » Exportações brasileiras: US\$ 3,270 bilhões
- » Importações brasileiras: US\$ 4,675 bilhões

China

- » Área: 9.596.960 km²
- » Capital: Pequim
- » População: 1,38 bilhão
- » PIB per capita: US\$ 8.240
- » Exportações brasileiras: US\$ 35,608 bilhões
- » Importações brasileiras: US\$ 30,719 bilhões

Bitelli destaca nova fase da Colômbia, com acordos de paz

Na CRE, durante a sabatina, Julio Glinternick Bitelli ressaltou que a Colômbia pode entrar em uma nova fase de sua história, com a assinatura de acordos de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). O diplomata se comprometeu a buscar aprofundar as negociações já existentes para a assinatura de acordos comerciais entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, bloco do



Pedro Franco/Agência Senado

qual a Colômbia faz parte. Ele destacou que a Colômbia é a terceira maior economia da América do Sul, com crescimento sustentável. Bitelli nasceu em Santo André (SP), em 1960. Formou-se em direito pela Universidade de São Paulo, em 1983, e dois anos depois entrou para a carreira diplomática. Atuou em missões na Organização das Nações Unidas (ONU) e nas embaixadas em Montevidéu, Washington, Buenos Aires e La Paz.

Colômbia

- » Área: 1.138.910 km²
- » Capital: Bogotá
- » População: 48,75 milhões
- » PIB per capita: US\$ 5.195
- » Exportações brasileiras: US\$ 2,115 bilhões
- » Importações brasileiras: US\$ 1,189 bilhões

Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Diálogo de movimentos sociais legítimos não é alvo da Abin, assegura novo diretor-geral

O diálogo dos movimentos sociais não é objeto de acompanhamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A afirmação foi feita na sabatina de Janér Tesch Alvarenga na CRE, que o aprovou para a diretoria-geral do órgão por 12 votos a 1, antes de a indicação ir ao Plenário. Ele afirmou, em resposta a questionamento de Lindbergh Farias (PT-RJ), que monitorar as atividades lícitas e a pauta dos movimentos legítimos não é o objetivo da Abin. — Não há nenhum tipo de acompanhamento de uma atividade lícita e legal promovida a partir das ações dos chama-

dos movimentos sociais, mas dentro da questão do cenário preventivo, há que se ter uma preocupação com aqueles que se valem da legitimidade desses movimentos para ocupar um espaço, para promover ações que desarticulam as instituições públicas e nada têm a ver com a questão do movimento — disse Tesch. Como exemplo, ele citou pessoas que se infiltram nos movimentos para promover a depredação do patrimônio público. Assim, essa depredação acaba sendo percebida como um movimento de massa e atribuída aos movimentos. A

intenção da Abin, garantiu, não é cercar as atividades dos movimentos. Em resposta a Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) sobre as condições da agência, Tesch explicou que há um hiato de oito anos sem concurso público e, em razão das aposentadorias, a Abin trabalha com um número menor que o esperado de pessoas, "mas há um esforço para cumprir o que se espera da agência". Hélio José (PMDB-DF) questionou o indicado sobre a capacidade da agência de atuar para combater a corrupção. Segundo Tesch, a agência



Wladimir Barreto/Agência Senado

Tesch disse que a agência está bem equipada, mas precisa de pessoal não tem instrumentos para evitá-la porque a investigação criminal é da Polícia Federal e do Ministério Público. Questionado por Ana Amélia (PP-RS) sobre o acesso da Abin

a tecnologias que permitam um trabalho eficiente, ele disse que o órgão está bem equipado e que não fica atrás de outras agências similares. Tesch é formado em matemática e é oficial de carreira, com mais de 30 anos de experiência. Atuou como assessor no Gabinete de Segurança Institucional e no Gabinete de Crise da Presidência da República. Coordenou e dirigiu departamentos da Abin e trabalhou como diretor de unidades regionais da agência. No exterior, chefiou delegações e foi adido civil de Inteligência na Colômbia.